



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
REITORIA

A UFV e os desafios do presente

A Universidade Federal de Viçosa e outras instituições de ensino pelo país vêm convivendo há alguns meses com uma série de manifestações políticas, em sua maioria contrárias à agenda de reformas apresentada pelo atual governo brasileiro. Na UFV, parte dessas manifestações se organizou na forma da ocupação de alguns prédios da instituição, tais como o Edifício Arthur Bernardes, os pavilhões de aula I e II (PVA e PVB), além de alguns departamentos.

Desde o início das ocupações, a administração da UFV trabalhou de forma incansável em algumas direções. Por um lado, ocupou-se do resguardo do livre direito de manifestação, entendendo que a Universidade é o espaço privilegiado para o embate de ideias, com respeito ao contraditório, sem agressão, sem cercear o direito do próximo. Por outro, dedicou-se a dar prosseguimento à necessária vida administrativa da instituição, que envolve o pagamento de servidores, a descentralização de recursos, o empenho de gastos, dentre outras tarefas inadiáveis. Ciente dos desafios postos, a administração não poderia, em momento algum, descuidar do compromisso com o andamento da instituição, sobretudo porque seu funcionamento guarda implicação direta com a vida de milhares de pessoas que dela dependem.

Ao longo do processo de manifestações, os colegiados superiores da UFV, Conselho Universitário (Consu) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), foram, em momentos distintos, instados a se manifestar. Assim como em momentos anteriores, a administração manteve a coerência com seus princípios, respeitando aquilo que entende como a maior virtude da UFV, ou seja, sua estrutura colegiada. Ainda que parte significativa da gestão cotidiana da instituição permaneça sob os cuidados da reitoria e de sua equipe de pró-reitores, entendemos que são seus colegiados os legítimos responsáveis pela gestão da Universidade. A atual administração conserva a certeza de que sempre respeitou as decisões colegiadas, lutando para resguardar suas deliberações.

Assim, em outubro, o Consu manifestou sua preocupação com relação à Proposta de Emenda Constitucional nº55, que desvincula o piso constitucional de investimentos em saúde e educação, dando resposta ao movimento dos estudantes que pautou internamente tais questões. Ao lado disso, a administração comprometeu-se a organizar, junto com os estudantes, seminários em

que os temas presentes na agenda pública brasileira fossem pautados. Em meio a esse cenário, os técnicos administrativos deflagraram uma greve da categoria, também motivados por pautas nacionais; em seguida, os estudantes juntaram-se ao movimento, deflagrando também uma greve estudantil; já a categoria docente entendeu que não era o momento para aderir ao movimento. Novamente, a administração seguiu respeitando todos os três segmentos que compõem a comunidade universitária, buscando o diálogo e formas de manter o funcionamento da instituição sem ferir a autonomia dos atores envolvidos.

Em novembro, o Cepe foi pautado pelo movimento de greve dos estudantes, com a solicitação de que o calendário fosse suspenso. Após uma longa discussão, o Conselho produziu uma decisão que entendeu respeitar tanto o movimento político dos estudantes, legitimando sua luta, como os demais estudantes, muitos deles perto da sua formatura, e professores e técnicos administrativos da instituição. Todavia, uma parte dos estudantes, discordando da decisão do Cepe, retomou o processo de ocupações na instituição. Mais uma vez, a administração trabalhou de forma incansável para resguardar o diálogo, mantendo-se atenta no sentido de impedir qualquer forma violenta de conflito. Entendemos que um regime democrático não se faz pela ausência do conflito. Contrariamente, divergências são a essência de qualquer forma democrática de convívio, desde que se realizem com respeito aos procedimentos, ao direito do próximo, sem violência.

As novas ocupações acirraram, tristemente, o conflito na Universidade. Diante deste cenário, a administração resolveu, na tarde do último dia 21 de novembro, ingressar com um pedido de reintegração de posse dos prédios ocupados. A decisão veio após muito diálogo e algumas tentativas de convencimento da necessidade de liberação dos prédios para suas atividades habituais, notadamente após a decisão do Cepe acerca do calendário e depois das inúmeras solicitações encaminhadas à reitoria sobre o prosseguimento das atividades acadêmicas. Na madrugada do dia 23, após decisão judicial, o pedido foi entregue aos estudantes que ainda permaneciam em um dos pavilhões de aula (PVB), sendo que a efetiva desocupação do prédio se deu na manhã do mesmo dia.

Não entendemos que o episódio represente a vitória ou a derrota de qualquer dos envolvidos. Mais do que isso, não alimentamos qualquer disposição violenta contra os estudantes que desde outubro vêm se manifestando politicamente na instituição. A administração da UFV condena com veemência qualquer forma de agressão. Conforme dito anteriormente, um dos compromissos que pauta nosso trabalho é o respeito ao diálogo, ao contraditório, bem como aos procedimentos e ao direito dos demais. Foi nesse sentido que a decisão pela reintegração foi tomada, sobretudo com o propósito de restabelecer a harmonia dentro do campus. Isso não significa, porém, a condenação da livre manifestação política, nem a admissão de um ou outro lado nas disputas em curso.

Contrariamente, significa o compromisso com a coisa pública, o respeito com toda a UFV. Nesta direção, a administração superior da instituição seguirá mantendo seus canais de diálogo, buscando o entendimento, zelando pela harmonia e pelo respeito às decisões de seus colegiados superiores. Entendemos que somente dessa forma o convívio democrático é possível.

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Reitora da UFV